



DIRECTION GÉNÉRALE DE L'ADMINISTRATION
ET DE LA MODERNISATION

DIRECTION DES RESSOURCES HUMAINES

Sous-direction de la Formation et des Concours

Bureau des concours et examens professionnels
RH4B

CONCOURS RESERVE POUR L'ACCES AU CORPS DES SECRETAIRES DES AFFAIRES ETRANGERES AU TITRE DE L'ANNEE 2018

ÉPREUVES ÉCRITES D'ADMISSIBILITÉ

27 ET 28 NOVEMBRE 2017

PORTUGAIS

Durée totale de l'épreuve : 3 heures.

Coefficient : 2.

Toute note inférieure à 8 sur 20 est éliminatoire.

Barème de notation des 2 épreuves : note en **portugais** 10 points, note en **français** 10 points.

Note en français

Rédaction en français d'une note à partir de documents en portugais

(400 mots avec une tolérance de plus ou moins 10%)

Ce dossier comporte 9 pages (page de garde non comprise).

*
* *

SUJET : A quels défis l'Angola est-il confronté aujourd'hui ?

1. Angola. O que esperar de um país sem surpresas? - 24.sapo.pt - 22/08/2017

Duas investigadoras, uma a norte de Angola, outra a sul do continente africano, explicam a questão angolana. Do futuro do país à liberdade de um presidente, eis o que esperar de umas eleições sem surpresas.

Não há surpresas. No final destas eleições, o nome do presidente da República de Angola é o nome do cabeça de lista do MPLA: João Lourenço. Ministro da Defesa de José Eduardo dos Santos, quadro do partido, sucessor do homem que esteve trinta e oito anos à frente de um dos países mais valiosos de África. A conclusão é de duas especialistas em assuntos africanos com que falámos para perceber que futuro tem Angola à espera. O país, que Portugal colonizou durante quatro séculos, é a origem de alguns dos mais importantes investimentos feitos em terras lusas. Da comunicação social à banca, os capitais angolanos alimentam hoje uma considerável fatia da economia nacional. Por isso, sem esquecer tudo o resto, estas eleições são particularmente importantes para Portugal.

Outro dado garantido é que José Eduardo dos Santos vai deixar de ser o presidente da República de Angola. Todavia, significa isso que a dias de fazer 75 anos vai sair de cena? Ana Lúcia Sá, diretora do mestrado em Estudos Africanos do ISCTE-IUL diz que não: “não sai de cena porque vai continuar a ser o presidente do MPLA”, o partido que decide os destinos de Angola desde 1975.

“Se tudo correr como é expectável, o mandato dele como presidente do MPLA vai ser até 2022”, precisamente o tempo da legislatura que sairá das eleições desta quarta-feira.

Paula Cristina Roque é investigadora da Universidade de Oxford. Dedicou-se há décadas aos assuntos angolanos. Está em Joanesburgo, na África do Sul. Depois destas eleições, afirma, veremos surgir dois polos de poder: “Vamos ver o presidente João Lourenço a assumir realmente e formalmente a presidência e vamos ter o ex-presidente José Eduardo dos Santos como presidente do MPLA”.

“A Constituição de 2010 deixou muito claro que qualquer ato de governação tem de passar primeiro por uma consulta do partido”. E assim, “quem controla o partido controla, em grande parte, a política do Governo e, neste caso, também a política de João Lourenço”. (...)

“A família Dos Santos [ainda] vai ter um grande poder económico, que vai ter impacto na própria forma e na capacidade financeira que João Lourenço terá para governar”, diz Paula Cristina Roque. Capacidade que se materializa nas raízes que os filhos do eterno presidente angolano têm na Sonangol (petróleo), na Endiama (diamantes) e no Fundo Soberano (investimentos).

João Lourenço acabará, assim, com dificuldades “para conseguir reformar o sistema de governação” e, no fundo, em contornar o “aparato de herança” que José Eduardo dos Santos lhe lega.

Ainda assim, esta é uma questão que se divide em duas partes, explica Paula Cristina Roque: por um lado, “não se percebe bem o que João Lourenço quer fazer com Angola”. A dúvida está em saber se Lourenço vai continuar a linha de José Eduardo dos Santos, seja por essa ser “a visão que queria” ou, talvez, “por não ter uma visão definida”, explica a investigadora.

Por outro lado, João Lourenço chega ao poder numa altura em que Angola “está a revelar grandes fragilidades”. Fragilidades que vão da economia ao aparelho de segurança, por exemplo. Segurança que assume especial importância com o recrudescer dos conflitos com a FLEC (Frente para a Libertação do Enclave de Cabinda) e com a situação complicada nos vizinhos Congos, onde têm surgido combates entre as Forças Armadas Angolanas e várias milícias congoleesas, diz Paula Roque. (...)

No entanto, há mais reformas a fazer para além da segurança: “as instituições do Estado também vão ter de ser reformadas”, explica Paula Cristina Roque. “José Eduardo dos Santos governava em instituições paralelas, através da Casa Militar e da Casa Civil, onde o Executivo respondia perante a presidência”. “O Parlamento pouco poder tinha e certamente não tinha poder de fiscalizar o Executivo e o sistema judicial também funcionava consoante as indicações da presidência”.

O caminho está, portanto, fechado. “Acho que João Lourenço vai ter de entrar para governar com um sistema que é enfraquecido e não foi testado estes anos todos, porque funcionava à parte”. Ou seja, o motor da governação era a presidência e não o governo.

“Uma resistência e de uma sobrevivência estratégica pouco comuns”

Mas a João Lourenço não será dado esse luxo. Porque Lourenço não é Dos Santos, cuja estratégia ao longo dos anos lhe granjeou a eternidade. “Conseguiu criar uma rede clientelar bastante poderosa, que o manteve sempre no poder”, explica Ana Lúcia. “José Eduardo dos Santos é um líder de uma resistência e de uma sobrevivência estratégica pouco comuns”, acrescenta Paula Cristina Roque. (...)

“A política de José Eduardo dos Santos tem, ao longo dos anos, refletido a experiência das dificuldades por que passou.” Há que ter em conta, porém, que a guerra civil angolana nos anos 1980 “foi totalmente diferente da guerra dos anos 1990. Nos anos 1990 a UNITA estava do lado errado da história e isso facilitou muito a capacidade de o MPLA ganhar a guerra”, explica Paula Cristina Roque.

E cimentou-se. Fixou-se, eternizou-se. Angola é o MPLA, o MPLA é Angola. Em 2017, porém, as fissuras podem anunciar-se. Hoje, o partido de João Lourenço e José Eduardo dos Santos tem adversários reais. “Não podemos descurar o peso da oposição e da forma como a oposição poderá comportar-se”, afiança Ana Lúcia Sá.

A UNITA é ainda a líder dessa oposição. Surge quando Portugal ainda mandava em Angola e hoje divide segmentos enormes da população angolana com o MPLA. “Não nos podemos esquecer de que a UNITA nos anos 1980 tinha um governo paralelo, na Jamba, que preparou tecnocratas, que preparou quadros” muito bem preparados para entrar na liderança do país, explica Paula Roque.

“Temos oposição em Angola”, diz, “uma oposição com preocupações legítimas, que tem crescido em número de apoiantes e que tem força política. Agora, não sei é se os resultados vão refletir realmente a vontade popular”.

“O MPLA vai ganhar, provavelmente com irregularidades, porém, mesmo sem irregularidades o MPLA provavelmente ganharia, embora com uma margem pequena”. (...)

“É preciso que a oposição se una para conseguir fiscalizar estas eleições”, atira de Joanesburgo Paula Roque. “As preocupações em termos de transparência são legítimas, o registo eleitoral, que devia ter sido conduzido pela Comissão Nacional Eleitoral, foi conduzido pelo Ministério da Administração do Território e isso em si já é uma preocupação grave, porque determina quem é que vota e quem não vota. Esta não devia ser uma função do Executivo, do governo, mas sim de uma comissão independente onde a oposição tivesse a capacidade de fiscalizar e auditar o processo todo”, explica. (...)

"Uma estabilidade não democrática aceitável"

Se assim é, no meio de toda a fumaça, o que diz a comunidade internacional? “Angola é vista um bocado como o Ruanda e a Etiópia. A estabilidade, mesmo que seja uma estabilidade não democrática, é aceitável; porque Angola passou por uma guerra muito divisiva e muito complicada”. Para além disso, “está localizada numa região da África Central que é, em si, muito instável. Precisamos de um pilar de estabilidade na região, especialmente na região dos Grandes Lagos, e Angola é esse pilar”, explica Paula Cristina Roque.

“Esta é a preocupação chave da grande maioria dos países da comunidade internacional”, acrescenta.

“Claro que há países que se preocupam com a falta de democracia, com os níveis de repressão, que se têm agravado ultimamente, com a falta de transparência nas eleições mas, e vamos ver isso com as missões de observação eleitoral da SADC [Comunidade de Desenvolvimento da África Austral, de que Angola faz parte], da União Africana, da CPLP [Comunidade de Países de Língua Portuguesa, de que Angola e Portugal fazem parte]”, a prioridade vai para a estabilidade.

“Sei que a oposição, das últimas vezes, teve grandes preocupações, teve até um recurso em tribunal nas últimas eleições para contestar os resultados, e a comunidade internacional não ligou nenhuma; todas essas organizações disseram que as eleições foram credíveis e isso vai acontecer desta vez, mesmo com todas as preocupações que a oposição agora tem levantado”, explica a analista. (...)

Uma primavera Lourencista, à moda portuguesa?

“Estima-se que haja um processo transicional, em Angola, para um regime mais aberto. Depende da forma como o João Lourenço vai conseguir estabelecer diálogos com diferentes setores da população e com diversos setores da política angolana, desde os partidos da oposição a organizações da sociedade civil, grupos de interesse, antigos combatentes”, prevê Ana Lúcia Sá.

Uma primavera Lourencista, à moda portuguesa? “Dependendo destas circunstâncias, não sei se poderemos falar desta transição como se esperava que fosse a primavera Marcelista; espera-se que haja mudanças, agora depende do próprio comportamento de João Lourenço enquanto líder do país e do governo, neste sentido dialogante com vários sectores e no sentido de construção de uma economia mais diversificada e de conseguir fazer reformas importantes de que Angola necessita – desde o sistema bancário às forças armadas e ao investimento em áreas que tiveram um desinvestimento constante ao longo destes anos de José Eduardo dos Santos, que é a educação e a saúde”, conclui a investigadora do ISCTE-IUL.

“Angola ainda tem níveis de pobreza e de problemas socioeconómicos gravíssimos” diz Paula Cristina Roque. Problemas que não podem ser empurrados com a barriga: “com esta crise financeira, não pode deixar [a resolução] para uma outra campanha eleitoral.”

“A pobreza no país existe desde sempre, com a agravante de que o petróleo em Angola não gerou riqueza, gerou pobreza e isso de facto não se justifica num país tão rico como Angola”, acrescenta. “Não se justifica que os índices sociais continuem a alterar pouco em duas décadas de paz”, sobretudo quando o MPLA teve a oportunidade para os resolver, já que “controlavam tudo hegemonicamente, ou seja, não tinham de negociar” com ninguém “as reformas, os seus programas políticos ou económicos”, diz a investigadora, que está a terminar o doutoramento pela Universidade de Oxford.

O MPLA tinha “a capacidade absoluta de reinar da forma que quisesse, e de facto fê-lo de tal forma que desenvolveu o país, reconstruiu-o, mas não o desenvolveram suficientemente para conseguir combater a pobreza, tanto é que a pobreza mantém-se e, em certas partes, agravou-se”, conclui Paula Cristina Roque. (...)

2. Angola: Entre críticas e progressos à independência dos tribunais – Agência Lusa – 18/10/2017

A União Europeia reconhece progressos na independência dos tribunais em Angola no seu relatório sobre a situação dos Direitos Humanos em 2016, mas critica a continuação do uso "injustificado" da polícia e dos militares.

De acordo com as conclusões do documento, a situação em Angola "caracterizou-se pelo encolhimento do espaço político" em 2016, face às eleições gerais então agendadas, realizadas já em agosto deste ano.

Por outro lado, e citando a libertação, por decisão dos tribunais, de vários ativistas detidos, nomeadamente o caso do mediático processo dos "15+2", condenados em primeira instância pelo tribunal de Luanda, o relatório admite melhorias na independência do sistema judiciário angolano, face aos anos anteriores.

Contudo, as "mortes recentes", como o caso de um rapaz de 14 anos abatido a tiro por um militar em agosto de 2016, durante a demolição de casas construídas ilegalmente nas proximidades do novo aeroporto de Luanda, "são um exemplo do recorrente e injustificado excesso do uso da força policial e militar" em Angola.

O relatório anual "Human Rights and Democracy in the world", relativo a 2016, aponta que as preocupações da União Europeia em Angola continuam a centrar-se na "implementação integral da Constituição", em particular no que diz respeito à independência do poder judicial, à liberdade de expressão, de associação e reunião pacífica, e sobre as detenções arbitrárias.

Comunicação social

O novo pacote para a comunicação social, aprovado no parlamento no final de 2016, é classificado no relatório como uma forma de "restringir ainda mais" a liberdade de imprensa no país, podendo constituir-se como "censura" e "limitação das liberdades fundamentais". Além disso, ao manter crimes de difamação com referências, neste novo pacote legislativo, a "fontes fraudulentas" e à "produção ilícita de informações", é colocado em causa o desenvolvimento do jornalismo de investigação em Angola.

A UE sublinha que continua a apoiar, financeiramente, vários projetos relacionados com os direitos humanos e a boa governação em Angola, além do contacto regular com as Organizações Não Governamentais (ONG) que atuam no país, bem como com a sociedade civil e com o Governo. Nesta matéria, o relatório refere que as ONG estão a enfrentar dificuldades para cumprirem os requisitos de registo da nova legislação aprovada em 2015 pelo Governo, o que está a provocar o corte de financiamento internacional a estas operações em Angola, "limitando ainda mais a capacidade de atuação". Esta legislação foi, contudo, declarada inconstitucional pelo Tribunal Constitucional de Angola já em julho deste ano.

No relatório da UE é ainda apontado que a queda do preço do petróleo, que representa cerca de 95% das exportações angolanas, tem representado um "impacto significativo" nas camadas "mais vulneráveis da população", levando ainda à "diminuição considerável" da capacidade de intervenção do Governo.

A gestão e acesso à terra, para construção e desenvolvimento da agricultura, motivam igualmente preocupação, com o relatório da UE a defender uma apertada monitorização. Nomeadamente pela ameaça que, em alguns casos, representa para as comunidades tradicionais que vivem da terra ou para quem construiu casa, ilegalmente, nos arredores dos grandes centros urbanos ao longo dos anos.

3. Angola não descarta apoio do FMI com financiamento – observador.pt - 16/10/2017

Angola está a avaliar a possibilidade de pedir uma assistência técnica ao Fundo Monetário Internacional, eventualmente com financiamento, face às necessidades que o país enfrenta, declarou o ministro das Finanças, Archer Manguera. A possibilidade foi admitida pelo governante, numa entrevista divulgada esta segunda-feira pelos meios de comunicação social públicos angolanos, realizada após reuniões regulares que Archer Manguera manteve nos últimos dias em Washington com o FMI e o Banco Mundial.

Uma segunda emissão de eurobonds – títulos da dívida pública emitidos em moeda estrangeira – ou o recurso ao FMI são hipóteses em cima da mesa, segundo Archer Manguera, para “cobrir o ‘gap’ de financiamento e fazer face às necessidades do Estado”.

“A emissão de eurobonds visa contribuir para este objetivo – no sentido de reduzir o ‘gap’ de financiamento e do défice fiscal, mas ainda assim não será suficiente para o nível de necessidades que o país tem. Temos estado também a dialogar com o FMI no sentido de avaliarmos a possibilidade de uma assistência técnica. Se será com ou sem financiamento é um tema que ainda não foi tratado”, afirmou Archer Manguera, na mesma entrevista.

Angola vive uma profunda crise económica, financeira e cambial decorrente da quebra nas receitas com a exportação de petróleo e em 23 de agosto realizou eleições gerais, que reconduziram o Movimento Popular para a Libertação de Angola na liderança do país.

Em junho de 2016, o Ministério das Finanças angolano confirmou que o Governo tinha descartado um apoio financeiro do FMI, no âmbito do pedido de assistência solicitado em abril do mesmo ano, justificando a decisão com a subida da cotação do petróleo.

O Ministério das Finanças explicou na altura, em comunicado, que o pedido de assistência (Extended Fund Facility – EFF) ao FMI foi feito numa altura em que a cotação do barril de crude atingiu “níveis muito baixos”, chegando mesmo aos 28 dólares em janeiro, mas que entretanto subiu para cerca de 50 dólares.

Em abril deste ano, o ministro das Finanças afirmou, em entrevista à Lusa, também em Washington, afirmou que o recurso a financiamento do FMI “não faz parte da agenda” de Angola, numa alusão ao ano de 2017.

“Não faz parte da nossa agenda. O nosso plano de endividamento foi aprovado, divulgado e é público”, disse o ministro Archer Manguera. Recorrer a financiamento do FMI permitiria ter acesso a taxas de juro mais baixas, mas implicaria um maior controlo do organismo internacional sobre as contas do país.

Na altura, nessas reuniões anuais em Washington, Archer Manguera acordou com o FMI e com o Banco Mundial um alargamento da assistência técnica ao país. “Recorremos à sua assistência técnica para um conjunto de domínios em que reconhecemos necessitar de reforçar as nossas capacidades técnicas e de desenho de políticas”, explicou o ministro, dando como exemplo a colaboração com o Instituto Nacional de Estatística.

O Orçamento Geral do Estado (OGE) de 2017 prevê que as receitas fiscais só deverão cobrir 49,6% das necessidades totais, acrescido das receitas patrimoniais, com 6,7%, de acordo com o mesmo documento. As receitas provenientes do endividamento público deverão atingir um

peso de 43,6% do valor global inscrito no Orçamento, chegando a 3,224 biliões de kwanzas (16,5 mil milhões de euros).

Além de contrair nova despesa pública, no mercado interno e externo, o OGE de 2017 prevê 2,338 biliões de kwanzas (11,8 mil milhões de euros) para o serviço da dívida este ano. Nas contas do Governo, está inscrito um défice orçamental de 5,8% do Produto Interno Bruto em 2017, no valor de 1,139 biliões de kwanzas (5,8 mil milhões de euros).

4. Futuro de Angola debatido em Berlim – portaldeangola.com – 31/05/2017

O futuro económico e político de Angola, na era pós-José Eduardo dos Santos, esteve em debate em Berlim. O Fórum Angola 2017 foi organizado pelo instituto britânico Chatham House e pela Fundação alemã Konrad Adenauer.

A três meses das eleições em Angola, a Fundação Konrad Adenauer quer chamar a atenção para a situação política no país, sobretudo numa altura em que cresce o interesse alemão pelo continente. Angola aproxima-se de um momento decisivo, sublinha Andrea Ostheimer, diretora do Departamento da África Subsariana da organização.

O Presidente angolano, José Eduardo dos Santos, já não se candidata às próximas eleições, agendadas para 23 de Agosto.

“Haverá outro candidato do MPLA [Movimento Popular de Libertação de Angola, no poder]. E temos mais forças políticas do que [nas eleições de] 2012. Dessa forma, acho que o jogo é um pouco mais aberto”, disse em entrevista à DW África.

Herança pesada e muitos desafios

Para Andrea Ostheimer, o novo Governo terá de investir na luta anticorrupção e restabelecer a confiança dos cidadãos e dos investidores.

Além de problemas políticos e sociais, Angola continua a atravessar uma grave crise económica e financeira. A dependência do petróleo é um grande obstáculo à recuperação da economia.

Por isso, depois de 23 de Agosto, os novos governantes têm pela frente muitos desafios. E uma herança pesada, afirma o vice-presidente do maior partido da oposição, a União Nacional para a Independência Total de Angola (UNITA).

“Vamos herdar um país que tem uma dívida cujo peso praticamente ninguém conhece”, comenta Raul Danda. “Vamos ter de reconstruir muita coisa que foi mal construída e sobretudo credibilizar o país aos olhos da comunidade internacional.” (...)

Mudança

O futuro de Angola terá necessariamente de passar pela diversificação económica, defende o especialista Alex Vines, do instituto britânico Chatham House, que também acredita em mudanças dentro do próprio MPLA. “A era de José Eduardo dos Santos acabou e agora há um processo de mudança em Angola, e acho que essa mudança seria boa para o país. O ponto central desta mudança seria menos poder na Presidência e mais poder e mais discurso e debate dentro do MPLA”, refere. (...)